

13 MAI 1992

Proposto crédito especial para Estados

Márcia Zoet/AE—18/12/91

**Mazzucchelli**

"Tomadores finais" devem ficar de fora

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor decidiu alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 1992 e enviou ontem ao Congresso projetos de lei para emitir Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o montante de Crs 25 trilhões. Também foi pedida autorização para abrir um crédito especial, no Orçamento da União, de até Crs 72,1 trilhões. Isso faz parte de uma gigantesca operação de rolagem das dívidas públicas, principalmente dos Estados, através da qual a União trocará seus papéis por títulos emitidos pelos Estados.

"A porta está aberta aos Estados que desejarem recompor suas dívidas", afirmou o coordenador de Dívida Pública do Tesouro, Valderi Frota de Albuquerque. Segundo explicou, os Estados terão de oferecer três tipos de garantias à União: além dos seus próprios títulos estaduais, suas cotas nos fundos de participação e a autorização à União para movimentar as contas centralizadoras das receitas estaduais, principalmente o ICMS.

"Nos Estados onde a Constituição não permite que os governadores possam assumir esses compromissos, eles deverão

Orcamento ESTADO DE SÃO PAULO *Proposto crédito especial para Estados*

tentar mudanças nas constituições estaduais", afirmou. "Se um Estado não honrar suas parcelas trimestrais, o Tesouro Nacional poderá usar as garantias imediatamente", completou Albuquerque.

Os Crs 72,1 trilhões serão destinados às seguintes operações: Crs 45 trilhões para refinanciar a dívida interna contratada de Estados, Distrito Federal e municípios e de organismos controlados, direta ou indiretamente, pela União; Crs 25 trilhões para refinanciar a dívida mobiliária interna de Estados e municípios; Crs 1,450 trilhão para pagamento de juros das operações de crédito decorrentes do refinanciamento das dívidas internas; Crs 650 bilhões para a amortização do principal dessas operações.

Rolagem — O governo começou a discutir ontem com os secretários de Fazenda de São Paulo, Rio, Minas Gerais e Bahia a rolagem da dívida de Estados e municípios — um dos principais pontos de divergência entre o governo federal e os governadores, e fundamental para o controle do déficit público em 92, do ponto de vista da União. A divergência é sobre o volume de

títulos que o governo vai renegociar, e quanto os Estados e municípios terão de pagar.

A reunião contou com a presença do secretário Executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, e do Presidente do Banco Central, Francisco Góes, do lado do governo. O presidente da Comissão de Economia e Finanças do Senado, Raimundo Lyra (PFL-PB), foi o mediador.

Antes do encontro, o secretário de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, reafirmou o ponto de vista dos governadores: "O governo federal só deve deixar de rolar a dívida em títulos nas mãos de "tomadores finais". Mazzucchelli explicou o que isso quer dizer: o governo deve rolar toda a dívida em mãos dos fundos gestores da dívida pública, bancos, corretoras, distribuidoras, fundos de pensão, fundos de aplicação financeira, seguradoras e demais instituições autorizadas pelo BC a funcionar, considerados "tomadores não-finais". Só ficariam de fora empreiteiras e fornecedores.

O governo quer fazer a rolagem apenas das dívidas dos Estados com a União. "Tentaremos encontrar uma solução de consenso", informou Lyra.